



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

felipeabral@upf.br

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Stein, Marcos Nestor

Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação
no Paraná

História: Debates e Tendências, vol. 14, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 108-123
Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456387008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná¹

Immigration, ethnicity and agricultural colonies: an analysis of discourses of identity in Paraná

Inmigración, colonias agrícolas e etnicidad: un análisis sobre discursos de identificación en el Paraná

Marcos Nestor Stein*

Resumo

Este artigo aborda narrativas presentes no relatório intitulado *Campos Gerais: estudo da colonização*, escrito por Albert Elfes, engenheiro agrônomo alemão. Publicado em 1973 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o relatório apresenta os resultados do estudo que Elfes realizou sobre dezessete colônias agrícolas formadas por imigrantes oriundos da Europa e da Ásia e estabelecidas no Paraná entre 1877 e 1966. Busca-se analisar os discursos que identificam tais imigrantes, bem como as interpretações sobre as formas como estes estariam se integrando às populações com as quais entraram em contato.

Palavras-chave: Colônias Agrícolas. Imigração. Identidade.

Introdução

Este texto aborda narrativas que identificam imigrantes que se fixaram no Paraná nos séculos XIX e XX, bem como as relações estabelecidas entre estes e os denominados “nacionais”, presentes em um relatório elaborado por Albert Elfes, engenheiro agrônomo alemão. Publicado, em 1973, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o relatório, intitulado *Cam-*

* Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1996), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em História pela mesma instituição (2008). Atualmente é professor dos cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Recebido em 30/07/2013 Aprovado em 21/08/2013

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.14n.1.4169>

pos Gerais: estudo da colonização, apresenta os resultados do estudo que Elfes realizou sobre dezessete colônias agrícolas formadas por imigrantes oriundos da Europa e da Ásia, que foram estabelecidas no Paraná entre 1877 e 1966.

A perspectiva da análise adotada neste artigo encara as identidades coletivas não como substância, ou como uma essência, mas como sendo construídas por meio da linguagem, por práticas discursivas. Nas palavras de Stuart Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (2003, p. 109).

Busca-se analisar as narrativas presentes no referido relatório não como uma transmissão de informações acerca das diferenças entre os grupos de cada colônia, mas como produção de sentidos, como interpretações que constituem as fronteiras, que criam a diferença entre os imigrantes e entre estes e as populações com as quais entraram em contato no Paraná.

Especialmente a partir da emancipação político-administrativa do Paraná,² em 1853, foram implementadas políticas que visavam ao estabelecimento de agricultores estrangeiros – cuja maioria era composta por imigrantes identificados como alemães, italianos, poloneses e ucranianos – em seu território, na forma de colônias agrícolas, que eram agrupamentos de propriedades agrícolas destinadas à produção de alimentos. Os historiadores Balhana, Machado e

Westphalen, com base em dados obtidos em Relatórios de presidentes de Província, de secretários de Obras Públicas e Colonização e de inspetores de Imigração e Colonização, estimam que, entre 1829 e 1911, “[...] mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de cem mil colonos, localizados em seu território” (1969, p. 183).

“Mosaico étnico”: uma classificação das gentes no Paraná

A vinda e a fixação de grupos de imigrantes também foram acompanhadas pela produção de discursos que classificavam tais pessoas e indicavam o seu papel na formação da sociedade de destino. É o caso, no século XIX, dos relatórios de vários presidentes da Província do Paraná, que os adjetivavam, na maioria das vezes, como “laboriosos e morigerados”, que viriam desenvolver a agricultura, servir como exemplos para os agricultores nacionais e contribuir na constituição da população paranaense.³

Discursos semelhantes podem ser verificados, no século XX, em projetos de municípios,⁴ em falas de governadores⁵ e em publicações sobre a história do estado. É o que podemos ler no seguinte fragmento do livro do historiador Romário Martins, cuja primeira edição é de 1937:

Em todas as zonas povoadas do Estado, os elementos étnicos da segunda fase do nosso povoamento estão representados por imigrantes e por seus descendentes de origem alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, em grande número, e por várias outras etnias de menor vulto. Conjuntamente com os descendentes dos povoadores funda-

mentais, essa Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizatória, integrada no espírito novo, de cooperação e de fraternidade, com que marchamos para o futuro (1995, p. 352).

Em seu livro, Romário Martins classifica a população paranaense em dois grupos. O primeiro – formado pelos descendentes dos “povoadores fundamentais” – seria constituído por indígenas, portugueses, espanhóis, negros e mestiços. O segundo grupo seria composto por “colonos de várias etnias da Europa central e oriental” e seus descendentes (MARTINS, 1995, p. 350). Trata-se, portanto, de um discurso que celebra uma identidade paranaense, que seria construída pelos dois grupos que caminhariam para uma mesma direção, a civilização.

No entanto, Martins não apresenta detalhes sobre a forma como isso se daria: se por meio de uma integração entre as etnias, que resultaria num único “tipo paranaense”, ou se na forma de um processo em que cada grupo étnico preservaria suas particularidades. Essa questão perpassa várias publicações sobre a história do Paraná, as quais, de maneira geral, limitam-se a apresentar informações sobre o processo de chegada desses grupos, assim como os locais onde se estabeleceram, e a celebrar a sua contribuição ou colaboração para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Um bom exemplo desse discurso também pode ser encontrado no livro de Ruy Christovam Wachowicz, publicado pela primeira vez em 1977. Ao concluir sua análise sobre a imigração para o Paraná, o historiador afirma que:

A presença em território paranaense de grupos étnicos tão numerosos e das mais diversas procedências, deu ao Estado uma característica toda especial. Provavelmente, o Paraná é o maior laboratório étnico do Brasil. Esses imigrantes representados pelas novas gerações, praticamente integraram-se à sociedade brasileira, uns mais, outros menos, todos, porém dando sua colaboração para transformação da cultura original luso-brasileira (WACHOWICZ, 1995, p. 151).

Conforme a perspectiva indicada por Stuart Hall, citada anteriormente, ao analisar-se a construção de discursos identitários, deve-se levar em consideração o contexto histórico em que são produzidos. *Campos Gerais: estudo da colonização* é tomado, nesta análise, como um discurso produzido em meio a um processo de implementação de políticas de desenvolvimento da agricultura do Paraná. Nesse sentido, cabe informar que, a partir da década de 1960, há um processo denominado de “modernização agrícola” – também chamado de “Revolução Verde” – caracterizada pela monocultura, pelo uso de adubos químicos, de agrotóxicos e de máquinas agrícolas, bem como pelos financiamentos bancários.⁶

Nesse contexto de transformações no campo é que se dá a atuação profissional do autor do relatório. Albert Elfes formou-se engenheiro agrônomo em Bonn, Alemanha, e imigrou com sua esposa para o Brasil na década de 1950. Atuou em projetos agrícolas e desenvolveu pesquisa em Alagoas, na Bahia e no Paraná.⁷ Nesse último estado, além da execução de pesquisas que resultaram no relatório *Campos Gerais*, Elfes realizou estudos no Centro-Sul, que resultaram na publicação, em 1971, do livro *Suábios no Paraná*, e no

Oeste, que resultaram, em 1970, no relatório intitulado *Estudos agro-econômico e social*.

Campos Gerais: estudo da colonização está estruturado em seis partes. A apresentação é assinada por Silvio Galdino de Carvalho Lima, que, na ocasião, era o coordenador regional do Incra no Paraná. Sua narrativa inicia chamando a atenção para a necessidade de estudos sobre a realidade paranaense, adjetivada como “rica e variada, quer nos seus elementos naturais, como nas suas experiências vividas e sofridas [...]” (1973, p. VI). Em seguida, Lima faz o seguinte diagnóstico:

Lamentavelmente, porém, é que se façam tão poucos trabalhos de registro do que vem ocorrendo na vida da grande comunidade paranaense, cuja velocidade de crescimento, inusitada, vai-se encarregando de esconder, na ‘poeira’ do tempo, os acontecimentos verdadeiros da nossa construção. Tal realidade se assemelha àquela do visitante que, ao chegar às milenárias pirâmides do Egito, não vislumbra, sequer levemente, os acontecimentos dos quais resultaram os fabulosos monumentos. Tão apressadamente caminhamos, que parece não haver tempo para momentos de reflexão e registro, no ‘diário’ da História, dos fatos, suas causas e seus efeitos. Assim, talvez, no futuro, os nossos descendentes entrem na comunidade paranaense tão bisonhos como turista nas pirâmides, sem poder ‘ler nas paredes’ os grandes lances das passadas epopeias paranistas, tão carregadas de valores humanos reunidos por incontáveis caudais do sangue generoso de todos os povos do mundo (1973, p. VI).

Como se pode perceber, tem-se a necessidade de registrar e de celebrar as ações de indivíduos, ou dos grupos do passado para que não sejam esquecidas no turbilhão gerado pela aceleração das transformações resultantes de seu trabalho. Além disso, trata-se

de uma percepção que constrói uma imagem de futuro - o que nos lembra do discurso de Martins (1995), citado anteriormente - em que os diferentes grupos se integrariam em uma “grande comunidade”. Esse processo é também acompanhado pelo perigo de que as diferenças, existentes no passado, fossem apagadas, não sendo mais, portanto, percebidas pelos membros da futura “comunidade”.

Mais adiante, Lima afirma que o relatório deve ser visto como um instrumento de suporte para projetos agrícolas futuros.⁸ Ou seja, é um estudo que visa tornar públicas as experiências de povoamento do território paranaense e

[...] estimular novos projetos de subdivisão das grandes propriedades, formando maior número de fazendas de tamanho adequado à aplicação de métodos modernos de agricultura, com características empresariais (LIMA, 1973, p.VII).

Na introdução, Elfes apresenta informações a respeito da economia dos campos do Paraná e expõe a estrutura do texto da seguinte maneira:

No presente estudo são apresentadas 17 colônias agrícolas que se estabeleceram na região em apreço, no período entre 1877 e 1966. Além da exposição dos antecedentes das respectivas colônias e de sua história individual, procuramos mostrar as influências de que foram vítimas os grupos focalizados, e que contribuíram para formar a respectiva mentalidade. Apresentamos também estes aspectos para podermos definir melhor as atitudes e reações dos colonos, tanto no campo da economia e da técnica, como no campo do comportamento social em relação ao ambiente que encontraram no Brasil (ELFES, 1970, p. 2).

Na sequência, informa que em 45 dias de viagem pelo interior do Paraná, em

que foram percorridos 5.200 quilômetros, visitou as colônias agrícolas, estabeleceu contatos com dirigentes das cooperativas, líderes religiosos, colonos e “trabalhadores rurais”.⁹ Além disso, coletou dados em prefeituras, bancos, órgãos como o INCRA, junto à Universidade Federal do Paraná, à Escola Superior de Agronomia, aos consulados da Suíça, Holanda, Polônia e República Federal da Alemanha.

Elfes divide as colônias entre aquelas criadas antes da Segunda Guerra Mundial e as criadas após o conflito. Aquelas criadas até 1939 são: Quero-Quero e Papagaios Novos, formadas em 1877 e 1878 pelos alemães do Volga; Santa Clara e Leopoldina, criadas em 1884, e Japó, em 1914, por poloneses; Carrambeí, formada em 1911 por holandeses e Terra Nova-Garcez e Terra Nova Maracanã, constituídas em 1934 por alemães.¹⁰ As colônias criadas após o conflito mundial são: Monte Alegre, fundada em 1949, Castrolanda, em 1951, Arapoti, em 1960, e Santo Antônio (tronco) em 1953, todas constituídas por holandeses; a colônia Witmarsum, formada em 1951 por menonitas, a Colônia Entre Rios, constituída em 1951 pelos suábios do Danúbio, Santa Cruz e Pau Furado, formadas em 1958 pelos imigrantes denominados russos brancos, e, por último, a colônia Santa Maria, formada em 1966 por imigrantes coreanos.

Para cada grupo de imigrantes, Elfes estruturou sua narrativa por meio de temas como: “Antecedentes,” “História,” “A Situação Socioeconômica Atual”, “Vida Cultural” e “Da Vida e Integração Cultural”. Cabe ressaltar que se trata de um texto que apresenta um grande e rico conjunto de informações sobre o processo de estabeleci-

mento de tais colônias e sobre seus aspectos econômicos, culturais e sociais.¹¹ Diante do volume de informações, neste artigo optou-se em focalizar as narrativas em que o autor constrói identificações para os imigrantes das colônias formadas por alemães do Volga, poloneses, alemães, russos-brancos e suábios do Danúbio, e suas interpretações acerca das relações entre os imigrantes e a população local.¹²

Antes de abordar isoladamente cada uma das colônias, Elfes as caracteriza como “grupos homogêneos” ou “fechados”, fator que serviu de parâmetro para a escolha das colônias como objeto de seu estudo. É o que podemos ler no fragmento abaixo:

No Paraná aportaram várias correntes deste tipo, portadores de bagagens culturais diferentes e de várias origens étnicas. Foram fixadas de preferência nos campos Gerais, recebendo ajudas e retribuindo com seu trabalho, suas tradições e suas técnicas para o desenvolvimento econômico e a mudança da estrutura agrária dessas regiões. Alguns desses grupos, que sofreram perseguições políticas ou ideológicas nas suas terras de origem, e perderam e sacrificaram todos os seus bens à procura da liberdade, levaram tempo e encontraram dificuldades para vencer mentalmente os choques sofridos e para se enraizar no seu novo ambiente. A seleção do elemento humano processa-se, neste tipo de colonização, já na terra de origem, e visa mais a homogeneidade do grupo do que as capacidades individuais. Também depois do assentamento na colônia, o indivíduo recebe mais apoio intelectual e material de sua comunidade, do que se pode observar na colonização individual e aberta, de forma que aí o mais fraco muitas vezes tem melhores possibilidades de acompanhar o desenvolvimento geral. De outro lado continua, nessas colônias ho-

mogêneas, a interdependência intelectual e material para muitos anos e pode passar de uma geração para outra. O presente estudo focaliza as colônias agrícolas “fechadas” nos campos paranaenses, oriundos de imigrações em grupos homogêneos, que procuraram no Brasil segurança e liberdade (ELFES, 1973, p. 7).

O primeiro grupo de imigrantes abordado, e de maneira mais extensa, é o constituído pelos alemães do Volga, também denominados de russos-alemães. Com base no livro de Brepohl e Fugmann (1927), Elfes informa que se trata de pessoas cujos ascendentes eram agricultores alemães que no século XVIII colonizaram as “então incoltas estepes do Volga”. Segundo ele, após 150 anos do início da colonização foram criadas cerca de 300 aldeias de agricultores, cujo número chegava a aproximadamente “[...] 700.000 habitantes de cultura e civilização alemãs” (ELFES, 1973, p. 15). Elfes os caracteriza como sendo uma “ilha de cultura alemã” cuja existência - inclusive como uma entidade administrativa denominada “República Socialista dos Alemães do Volga” - durou até a Segunda Guerra Mundial.

Em seguida, a narrativa volta no tempo, para o século XIX, para explicar que a suspensão da isenção do serviço militar foi o fator principal que motivou a imigração de muitos para o Brasil. Elfes narra com detalhes o processo que resultou na chegada, em 1877, dos primeiros grupos de imigrantes no Porto de Paranaguá, a viagem até o destino final, a recepção das autoridades e da população, os benefícios e auxílios que receberam das autoridades brasileiras, bem como informações relativas às áreas adquiridas e seus respectivos preços.

De acordo com ele, estava prevista a chegada de 20 mil famílias. No entanto, chegaram apenas 924 famílias, das quais, em 1890, restaram apenas 394. As demais emigraram para a Europa, Argentina, Paraguai, ou se dirigiram para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Elfes enumera cinco fatores para explicar a causa do fracasso da colonização realizada pelos alemães do Volga.¹³ O primeiro seria o

choque entre duas civilizações, a falta de compreensão mútua, principalmente no lado do novato que entre numa sociedade já estabelecia, mas estranha, sempre causa, de início, desentendimentos e decepções, principalmente enquanto o imigrante olha para trás, comparando as condições de sua terra natal, cujas condições de vida ele conhece, com as condições do mundo novo, que ele de início desconhece e não entende. Cada imigrante tem que enfrentar este choque inicial que se supera mais facilmente, quando o nível intelectual for elevado, e mais rapidamente em se tratando de imigrantes individuais, que desde logo vivem em contato mais íntimo com a sociedade regional. Em toda a integração, então, sempre tem uma percentagem que não supera este choque inicial e não se fixa de imediato. Trata-se de um fator psicológico que tem particular influência em populações rurais com seu conservadorismo natural. O mesmo fenômeno de repatriação imediata ou posterior re-emigração se deu em muitos casos de colonização posterior (ELFES, 1973, p. 20).

O segundo fator seria o desconhecimento do solo dos campos paranaenses. Isso era agravado em função da “[...] barreira da língua [que] empataava a apreensão dos conhecimentos já existentes e que os brasileiros da região queriam ensiná-los” (ELFES, 1973, p. 20). O terceiro e quarto fatores apre-

sentados por Elfes estariam relacionados à conservação do sistema de propriedade coletiva do solo (MIR), que é avaliado da seguinte forma:

Uma tradição benéfica da Rússia antiga e não adaptada às condições do Brasil, transformou-se num grande obstáculo para o desenvolvimento e a iniciativa privada, e o que originalmente devia servir de laço de união tornou-se em motivo de desunião e inveja mútua, pois cada um observa o vizinho para ele não cultivar área maior de terra comum, usurpando maiores vantagens (ELFES, 1973, p.22).

O quarto e o quinto fatores seriam a deficiência administrativa do grupo, cujos líderes não “[...] conheciam o Brasil e nem os problemas técnicos do campo [...]” (ELFES, 1973, p. 22), o que implicou na não organização jurídica do sistema MIR e na falta de assistência técnica, estradas precárias, pragas e preços baixos pagos para os produtos agrícolas.

Após apresentar a então situação econômica (1973) das áreas remanescentes na colônia Quero-Quero e Papagaios Novos, no município de Palmeira e em Jacuí, município de Campo Largo, Elfes aborda a “integração” cultural dos colonos. Estes são divididos pelo autor em dois grupos: aqueles que deixaram as atividades ligadas à agricultura e os que permaneceram nas colônias. Vejamos a forma como ele interpreta esse processo:

Quando da imigração para o Brasil os colonos russo-alemães eram agricultores simples, alfabetizados, porém de modesto nível intelectual. Os que não se fixaram na terra, mas se dedicaram ao transporte de erva-mate e posteriormente ao comércio e à indústria regional, naturalmente se integraram, a

partir da segunda geração, completamente à sociedade e cultura brasileiras, de forma que seus vestígios podem ser encontrados nas cidades apenas pelos sobrenomes, que ainda lembram a origem. Este grupo tem contribuído consideravelmente para o desenvolvimento econômico nas cidades da região e de Curitiba (ELFES, 1973, p. 24).

Os membros do grupo que saíram das colônias teriam logrado êxito na sua “integração” à comunidade brasileira. Cabe ressaltar que Elfes caracteriza esse processo como uma contribuição econômica, silenciando sobre os outros aspectos desta “integração”. O segundo grupo é caracterizado da seguinte forma:

Os pequenos grupos que permaneceram nas colônias, dedicando-se a lavoura, entraram, de início, num isolamento espiritual e material. Perderam o contato cultural com sua terra natal, não tinham o contato condizente com a Alemanha e não o conseguiram no Brasil. O laço que os uniu era um certo parentesco dentro do grupo, o passado comum e o culto religioso evangélico luterano, que contribuiu, porém para o isolamento, pois o mundo em redor era católico. A escolarização dos jovens era organizada inicialmente por seus pastores que via de regra não residiam dentro das Colônias. Então, durante as primeiras gerações o ensino era precário e apenas esporádico e não enquadrado nos moldes brasileiros. Posteriormente, entre as duas grandes guerras, receberam uma pequena contribuição financeira da Alemanha para poderem pagar seus professores. A língua de ensino era então o Alemão (ELFES, 1973, p. 24).

Em seguida Elfes informa que a partir de 1938 as escolas foram fechadas e as colônias ficaram sem ensino formal durante e após a Segunda Guerra Mundial. Por ocasião da realização da pesquisa, em 1973,

Elfes avaliou que o ensino era precário e se restringia ao primário.

As falhas no ensino significam naturalmente um baixo nível intelectual geral e os filhos que se mudam para as cidades só conseguem, via de regra, empregos modestos. Observa-se, que os colonos, falando em público, mesmo entre vizinhos da mesma origem, sobre problemas da vida comum e do trabalho, fazem uso da língua portuguesa, porém, no seio da família, muitos ainda conservam o alemão. Entretanto, não dominam nenhuma das línguas com perfeição. Nas duas colônias dos alemães do Volga, ainda existentes, não se pode falar de integração ou aculturação propriamente dita. O que se processou foi um nivelamento para baixo, para o nível cultural que se atribui ao caboclo, em suma, um desenvolvimento negativo e lastimável (ELFES, 1973, p. 24).

Embora tenha homogeneizado a situação cultural dos membros do grupo, ao final pontua uma “pequena diferença na mentalidade” entre a população de Quero-Quero e a de Papagaios Novos. Os colonos da primeira colônia seriam “[...] mais conservadores e mais dependentes de antigas tradições, apesar destas já serem esvaziadas, com o decorrer do tempo, dos seus sentidos originais” (ELFES, 1973, p. 25). A população de Papagaios Novos parecia aos olhos de Elfes “[...] mais acessível e mais ágil, inclusive a miscigenação alcançou maiores proporções” (ELFES, 1973, p. 25). Além disso, constatou que a língua alemã era menos usada nesta colônia. Tal diferença é explicada em função da distância geográfica das localidades em relação às outras cidades e à situação das estradas.

Ao final, no item intitulado “Resumo”, Elfes faz a seguinte avaliação sobre o fracasso da colonização dos alemães do Volga:

A colonização dos alemães do Volga foi, conforme as projeções e previsões, em número de famílias assentadas e áreas atingidas, o maior empreendimento do gênero no Paraná. A história trágica é uma história de decepções, desânimo, erros, falhas e incompreensões mútuas, ladeada de melhor boa vontade original dos dois lados interessados, quando cada um queria contribuir com o melhor do que dispunha. Não foi alcançada a finalidade primitiva, nem a exigida pelas autoridades brasileiras, nem a esperada pelos imigrantes. Alguns erros repetiam-se posteriormente em outras experiências congêneres, embora em menores proporções. O principal erro foi que os imigrantes procuraram introduzir e conservar seu modo de vida, sem conhecer o equivalente brasileiro; e que os brasileiros esperavam que os novatos compreenderiam e adotariam o modo de vida brasileiro, sem maiores dificuldades e sem demora e isso sem existir um órgão intermediário suficientemente habilitado entre os dois lados (ELFES, 1973, p. 25).

O grupo seguinte são os imigrantes poloneses, que são identificados como mais afeitos à assimilação em decorrência de sua história na Europa. Essa característica, segundo Elfes, teria possibilitado uma grande participação deste grupo de imigrantes na formação étnica do Paraná. Entretanto, afirma que “[...] esta imigração não foi registrada oficialmente e nem aparece nos anais da estatística [...]” (ELFES, 1973, p.26), pois, no período da emigração para o Brasil os poloneses estavam sob o jugo da Prússia, Rússia e Áustria. Para o autor, essa situação refletiu nas relações entre alemães e poloneses no Paraná: “muitos alemães e poloneses continuaram aqui, no Brasil, suas rixas importadas da Europa” (ELFES, 1973, p.28).

Esta frase é o único momento em que Elfes menciona a existência do conflito entre os poloneses e alemães, pois logo na sequência volta a classificar os poloneses como grupo que poderia ser assimilado mais facilmente. É o que podemos ler no fragmento abaixo:

Na formação histórica deste povo influíram muitos grupos de etnias diferentes, como lituanos, eslavos de várias origens, prussianos, alemães, boêmios, húngaros e judeus. Além disso, a Polônia sempre foi uma região de passagem para movimentos migratórios ou de guerra. Sempre foram, então, acostumados a conviver com etnias diferentes e a assimilá-las pacificamente. Dessa forma, os poloneses não têm uma inclinação expressiva para formar grupos homogêneos fechados. Esta virtude facilitou a assimilação dos colonos de origem polonesa e, finalmente, o ingresso de seus descendentes na sociedade paranaense, onde chegaram a desempenhar papel de importância econômica, social e cultural (ELFES, 1973, p. 28).

O que se verifica, portanto, é o apelo à história para a construção de uma imagem dos poloneses como pacíficos e propensos à integração com outros povos, o que é visto com bons olhos. Diante disso, cabe mencionar o estudo de Olinto (2007, p. 71-81) acerca dos conflitos entre o representante da comunidade síria e o presidente da Sociedade Polonesa de Guarapuava, Paraná. Por meio da análise de textos publicados em um jornal dessa cidade, Olinto descontrói a imagem do Paraná como um espaço de convivência harmoniosa entre imigrantes de diferentes origens.

Após informar que em 1885 já existiam 30 colônias no estado, Elfes explica os motivos do fato destes não chamarem “tanta atenção”, se comparados aos alemães do Volga e às colônias instaladas após a Segun-

da Guerra Mundial, pois “como imigrantes e colonos ‘sem bandeira’ não despertaram o interesse internacional, nem gozaram da proteção ou da ajuda de um país estrangeiro” (ELFES, 1973, p. 29). Além disso, no trabalho agrícola não teriam desenvolvido “elevada técnica” e nem obtido “volumosa produção”, estando, como pequenos agricultores “[...] acima do nível do primitivismo agrícola, sendo produtores e consumidores, participantes, embora individualmente e em pequena escala da economia nacional do Paraná” (ELFES, 1973, p. 29).

De maneira semelhante à narrativa sobre os alemães do Volga, para os poloneses, Elfes também informa que os descendentes de imigrantes que migraram para as cidades, trabalhando em indústrias e outras atividades, “[...] conseguiram em grande parte subir na escala social e prestaram valiosa contribuição para o desenvolvimento geral” (ELFES, 1973, p. 29). Com relação à situação das colônias agrícolas ainda existentes, Elfes afirma que “[...] perderam mais e mais sua característica original, ficando integradas completamente na sociedade brasileira” (ELFES, 1973, p. 30).

Ao final, Elfes apresenta algumas informações sobre a criação das colônias Santa Clara, Leopoldina e Japó, localizadas nos Campos Gerais. Para ele, em função de casamentos com outros grupos étnicos como brasileiros, italianos e alemães, tais colônias “[...] não conservavam mais suas características originais” (ELFES, 1973, p. 30). Segundo Elfes, embora os poloneses não tivessem se destacado como produtores agrícolas,

[...] sua localização nessas áreas tem sido eminentemente útil para a formação étnica da região e para o desenvolvimento da classe do pequeno agricultor (ELFES, 1973, p. 31).

Os próximos núcleos abordados são Terra Nova-Garcez e Terra Nova Maracanã, constituídos por imigrantes alemães. Trata-se de um empreendimento da Sociedade para a Colonização no Estrangeiro (*Gesellschaft für Siedlung im Ausland*) - criada em 1929 pela Sociedade para a Promoção da Colonização Interna (*Gesellschaft zur Förderung der inneren Kolonisation*) - que em 1932 adquiriu duas fazendas no município de Castro para constituir duas colônias. Terra Nova-Garcez deveria receber imigrantes vindos diretamente da Alemanha e Terra Nova Maracanã era destinada a alemães que imigraram na década de 1920 para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com relação aos cerca de 200 candidatos a colonos na primeira colônia, Elfes os caracteriza como dotados de boas “qualidades morais e de caráter”. No entanto, apenas um seria agricultor profissional. Os demais seriam desempregados oriundos de indústrias e minas,

[...] artesão sem capital para instalar oficina própria, comerciários formados, mas sem emprego e intelectuais de várias profissões acadêmicas. Entre eles, idealistas de um movimento da juventude católica existindo naquele tempo na Alemanha (ELFES, 1973, p. 37).

Na sequência, Elfes apresenta o que, segundo ele, seria a característica que unificaria os membros desta colônia: a cidadania alemã, a motivação política, e a busca por “novas possibilidades de vida”. Elfes não

menciona quais seriam as motivações políticas da imigração de cerca da metade dos colonos de Terra Nova Garcez. No entanto, esse é um dos aspectos que os diferenciam daqueles que se instalaram em Terra Nova-Maracanã, classificados como um grupo com a “[...] mesma composição social do primeiro, porém faltou a participação de intelectuais e o motivo político da emigração” (ELFES, 1973, p. 37).

Após narrar o processo de êxodo de boa parte dos colonos, os motivos para a baixa produção agrícola das primeiras décadas de existência das colônias e a situação econômica e social dos colonos por ocasião da realização da pesquisa, em 1973, no item intitulado “Da Vida e Integração Cultural,” Elfes aborda o processo de “integração étnica” dos colonos:

Com o início da grande guerra em 1939, os alemães de Terra Nova entraram num isolamento intelectual e econômico, sendo encarados pelas autoridades e pelos vizinhos brasileiros, holandeses e poloneses com certa desconfiança. [...] O grupo remanescente nas duas “Terras Novas”, apesar do conservadorismo econômico, mostram-se socialmente e em relação à religião, bastante liberal e sem preconceitos. Existem católicos e luteranos em convivência pacífica. Observa-se também a miscigenação dos quatro elementos étnicos regionais, brasileiros, poloneses, holandeses e alemães, sem maiores obstáculos, a não ser em casos singulares. Entretanto, observa-se também, que a integração étnica normalmente não é acompanhada de retrocesso econômico e civilístico, como aconteceu em outras colônias no Paraná, inclusive em Quero-Quero e Papagaios Novos (ELFES, 1973, p. 42/43).

Trata-se de uma visão sobre a “integração” que toma como parâmetro o sucesso ou

o fracasso econômico. Ou seja, é a dicotomia sucesso/fracasso que é utilizada na sua avaliação sobre o grau de civilização das colônias e que constitui a diferença entre as gentes das colônias agrícolas no Estado.

Na sequência, Elfes aborda as colônias criadas após a Segunda Guerra Mundial. Primeiramente estabelece as diferenças entre as colônias criadas antes e aquelas constituídas após este conflito. Em suas palavras, os colonos das primeiras:

Não possuíam capital próprio de relevância. Não tinham organizações próprias desde o início, formando pessoas jurídicas e defendendo os interesses dos colonos individuais. Os imigrantes não eram, necessariamente, agricultores profissionais. Os colonos não formaram comunidades religiosas fechadas, a não ser superficialmente, ou por acaso como em Carambeí (ELFES, 1973, p.44).

Nota-se no trecho acima a identificação construída a partir da noção de ausência. Com relação às colônias fundadas após o conflito, Elfes afirma que os seguintes elementos chamaram a sua atenção:

Os colonos individualmente dispunham de capital inicial próprio ou financiado ou doado por organizações nacionais ou internacionais. O credo foi o elemento da escolha dos colonos, com exceção dos suábios do Danúbio de Entre Rios e dos coreanos de Santa Maria. Já existia organização cooperativista dos colonos antes da sua chegada ao Brasil ou nas colônias, com exceção de 'Santa Maria' e do 'russos brancos' de 'Santa Cruz' e 'Pau Furado'. As novas colônias aproveitaram a experiência de Carambeí e Terra Nova. Trabalhava-se, desde o inicio, na base de análises de solos e com outros recursos técnicos, de forma que foi poupar muito tempo de experiências aos agricultores (ELFES, 1973, p. 44 e 45).

Um dos grupos analisado por Elfes é formado pelos suábios do Danúbio, que constituíram a Colônia Entre Rios, em 1951. Ao abordar o que ele denomina de "antecedentes" do grupo, Elfes afirma que estes

[...] formaram grupos étnicos de origem alemã em vários países do sudeste da Europa, países estes que pertenciam ao império austríaco até sua queda no fim da Primeira Guerra Mundial (ELFES, 1973, p. 83).

De acordo com Scherer (1964), foi após este conflito que o termo "suábios do Danúbio" foi usado para designar as pessoas cujos antepassados se deslocaram, durante o século XVII, de várias regiões do Sacro Império Romano Germânico e se estabeleceram nas áreas situadas no sul do Império Austríaco após a expulsão dos turcos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o exército alemão ocupou a região e muitos suábios aderiram às tropas de ocupação. O avanço do exército russo, em 1944, resultou na fuga e expulsão dos suábios, que se refugiaram na Áustria. Após o fim da guerra, instituições de ajuda humanitária desenvolveram ações para realocar os refugiados. Elfes afirma que este grupo em especial constituía um problema de difícil solução, pois seria constituído

[...] principalmente de agricultores em média de modesto nível intelectual, sem outros conhecimentos profissionais, era mais difícil sua integração em atividades extra-agrícolas (ELFES, 1973. p. 84).

Em 1951, por meio da "Ajuda Suíça para a Europa" (*Schweizer Europa Hilfe*), órgão de auxílio humanitário ligado à Igreja católica, em conjunto com outras entidades como a ONU, cerca de 2.500 membros do

grupo imigraram para o Brasil e fundaram a Colônia Entre Rios, no município de Guarapuava, Paraná. Após abordar o processo de distribuição dos lotes entre os colonos, Elfes trata das dificuldades enfrentadas dos primeiros anos, o que contribuiu para a saída de muitos suábios da colônia, os quais teriam se fixado em São Paulo e Curitiba ou emigrado para a Alemanha.

Após abordar as ajudas recebidas que resultaram no desenvolvimento econômico da colônia, no item denominado “Da Vida e Integração Cultural,” Elfes inicia mencionando o passado do grupo na Europa, especialmente acerca dos conflitos entre os suábios - classificados como pertencentes à etnia germânica - e outros povos. Isso teria influenciado seu comportamento em relação à população do entorno da colônia. É o que podemos ler no fragmento abaixo:

Acostumados por tradição a viver no meio de povos com outras características que as suas e habitados a defender sua homogeneidade étnica-cultural contra tentativas de aculturação forçada, que sofreram a partir da primeira metade deste século e especialmente entre as duas grandes guerras, reagem instintivamente com desconfiança inicial, à qualquer aproximação de elementos estranhos a eles. Este fenômeno contribui para dificultar as relações entre proprietários e trabalhadores, entre colonos e a sociedade brasileira regional (ELFES, 1973, p. 102).

Para Elfes, é a nova geração que irá superar tais dificuldades de integração intelectual e cultural.

Com relação aos imigrantes identificados como russos brancos, Elfes ressalva que esse termo não os vincula a uma etnia específica, mas a sua filiação religiosa aos “velhos

crentes”. Trata-se de uma denominação que passou a designar aquelas pessoas que se recusaram a adotar os novos ritos impostos no século XVII pelo patriarca russo Nikon, o que resultou no cisma na Igreja Ortodoxa Russa. Nas palavras de Zhebit,

[...] os velhos crentes tentaram travar esse processo, rejeitando, sob o pretexto da preservação da “antiguidade”, uma dinâmica de expansão do estado e de sua consolidação e progresso [...] (ZHEBIT, 2009, p.171).

Na sequência, Elfes apresenta informações sobre sua crença e organização social, as perseguições movidas pelo Czar Pedro I (1662-1725) e o fator que causou a emigração do grupo para o Brasil. De acordo com ele, no início do século XX, os “velhos crentes” obtiveram a liberdade religiosa e com a “[...] revolução bolchevista de 1917 sua igreja conquistou os mesmos direitos da Igreja Ortodoxa oficial” (ELFES, 1973, p. 104). Ao final da década de 1920, a coletivização da agricultura resultou na imigração de muitos para a China, onde permaneceram até a ascensão dos comunistas ao poder, quando, com a intermediação da Organização das Nações Unidas e o Conselho Mundial das Igrejas, realizou-se a imigração e instalação de membros do grupo no Paraná, constituindo em 1958 as colônias Santa Cruz e Pau Furado.

Elfes menciona que tais imigrantes, pelo fato de serem refugiados, despertaram a simpatia da “[...] sociedade existente nas redondezas” (ELFES, 1973, p. 107). No entanto, as colônias sofreram várias dificuldades, cujas causas eram:

Seu aspecto um tanto exótico, barba comprida, vestimenta tipicamente russa tradicional intensificaram de início este interesse que se combinou com a natural curiosidade para com assuntos estranhos e novos. Porém seu férreo conservadorismo, seus estranhos costumes, oriundos de uma mistura de misticismo, puritanismo e extravagâncias, um tanto incompreensíveis para o observador comum, causaram desentendimentos e finalmente uma certa reserva e tendência à hostilidade do lado da sociedade existente, que foi respondido com desconfiança e medo. Pelo seu medo do comunismo, recusaram qualquer tipo de cooperativismo, temendo que isso fosse o inicio da coletivização geral e da desapropriação. Mais um fator contribuiu para ofuscar a imagem dos “russos brancos”, para a sociedade regional: a gentil inclinação brasileira de esperar mais conhecimentos técnicos e mais qualidades do estrangeiro do que do próprio povo, mesmo se este imigrante for de origem tão humilde como o pequeno lavrador brasileiro. Esta esperança, se for decepcionada, transforma-se facilmente em recusa total, mesmo das características positivas do respectivo indivíduo ou grupo (ELFES, 1973, p. 107-108).

Ao abordar a integração cultural, Elfes afirma que os russos brancos, mais do que outros membros de colônias “fechadas”, estabeleceram contatos com o povo brasileiro. No entanto, tais contatos são caracterizados como “comerciais”, “bancários” e “[...] com suas viagens e arrendamento de terras [...]” (ELFES, 1973, p. 111). Na sequência, ele esclarece que mesmo após 12 anos de estarem no Brasil, os membros velhos e jovens do grupo “guardam” os costumes e rituais, que dificultam sua integração.

A roupa pesada, que no clima da região quase não se justifica, a barba nunca raspada, o penteado especial das moças e mulheres, os costumes alimentícios, a forma de convivência dentro da família e do seu grupo, tem suas origens em tradições muito antigas e são expressão de rigidez religiosa arcaica. Sua insistência na conservação desses costumes, dificulta a adaptação e a assimilação do grupo na sociedade regional, causando uma certa repulsa recíproca, que ainda não foi plenamente superada (ELFES, 1973, p. 111).

Mas, para Elfes, o principal obstáculo para a “integração” está relacionado ao ensino formal precário. Mesmo assim,

[...] apesar de suas peculiaridades um tanto estranhas [...] os russos brancos poderiam representar um elemento rural de grande valor e de muitas qualidades positivas, se encontrassem mais apoio e assistência (ELFES, 1973, p. 112).

Ou seja, embora mencione as dificuldades da “integração” dos russos alemães, o que se percebe é uma visão que encara, de forma semelhante aos outros grupos abordados no relatório, de maneira positiva a presença destes imigrantes no estado.

Essa interpretação está sintetizada no resumo apresentado após Elfes abordar a última colônia. Em suas linhas finais, o autor enaltece a importância da colonização agrícola nos campos paranaenses para o aumento da produção de alimentos e afirma que “[...] os vários grupos focalizados neste estudo contribuíram para a formação da sociedade paranaense, enriquecendo seu mosaico étnico-cultural” (ELFES, 1973, p. 117).

Considerações Finais

O uso do termo “mosaico cultural” remete a uma concepção sobre a formação da população paranaense - ou “comunidade paranaense” - em que cada grupo manteria suas características identitárias. Ou seja, diferente da impressão suscitada pela leitura da apresentação escrita por Lima, de que no futuro as diferenças se apagariam, ao ler as interpretações de Elfes, o que se percebe é que se trata de um estudo que cria e celebra a diferença. Resta perguntar o lugar daquele que poderíamos chamar de “nativo,” ou “nacional”, que no relatório é o “outro”. A impressão que se tem é que no futuro o Paraná não seria a terra do “paranaense”, mas uma terra de etnias, pois se por um lado haveria um processo de integração entre os povos de diferentes origens, por outro há a permanência de uma visão de que o Paraná seria constituído por um mosaico étnico, o que indica a existência do contato entre os grupos, mas não a integração, bem como silêncio acerca dos conflitos.

Há, diante disso, a necessidade da realização de reflexões sobre a produção destas diferenças entre as pessoas que viviam e vivem no estado. Especialmente, sobre como se constroem as representações sobre o passado, pois que essas criam uma diversidade de identificações. Caso contrário, ficaremos restritos a repetição de inventários, memoriais e celebrações sobre as etnias, discursos que também fixam e detalham a dessemelhança humana.

Abstract

This paper discusses narratives in the report entitled *Campos Gerais: estudo da colonização*, written by Albert Elfes, German Engineer Agronomy. Published in 1973 by Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), the report presents the results of the study performed by Elfes in seventeen colonies formed by immigrants from Europe and Asia, which were established in Paraná between 1877 and 1966. This study aimed analyzes the discourses that identify these immigrants as well as the interpretations of the ways in which they integrated with the population.

Keywords: Colonies. Immigration. Identity.

Resumen

Este artículo analiza las narrativas que están presentes en el informe intitulado *Campos Gerais: estudo da colonización*, escrito por Albert Elfes, ingeniero agrónomo alemán, publicado en 1973 por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (Incra). El informe presenta los resultados del estudio que Elfes realizó sobre 17 colonias agrícolas constituidas por inmigrantes oriundos de Europa y Asia, establecidas en el Estado del Paraná (Brasil) entre 1877 y 1966. El objetivo de este artículo es analizar los discursos que identifican tales inmigrantes, como también las interpretaciones sobre las formas como estos se integraron con comunidades nativas con las cuales entraron en contacto.

Palabras clave: Colonias Agrícolas. Inmigración. Identidad.

Notas

¹ Este texto é um dos resultados da pesquisa intitulada “Colônias Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX”, financiada pela Fundação Araucária/ Seti e CNPq.

² Antes de sua emancipação político administrativa, no Paraná foram estabelecidas as colônias de Rio Negro, em 1829, a colônia Thereza, em 1847, e Superaguy, em 1852. (BALHANA, 1996, p.41-42; WACHOWICZ, 1995, p. 142.)

³ É o que se pode verificar, por exemplo, no relatório elaborado em 1858 pelo Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos. Para uma análise das políticas para o estabelecimento de imigrantes no território paranaense visando criar uma agricultura de abastecimento de alimentos, ver Santos (2007), Nadalin (2001) e Balhana (1996).

⁴ Um exemplo pode ser encontrado no estudo de Olinto e Stein (2009) acerca do projeto da prefeitura de Guarapuava, elaborado no início da década de 1920, para o estabelecimento de propriedades agrícolas que abastecessem o Mercado Públco Municipal com gêneros alimentícios.

⁵ Em 1953, por ocasião das comemorações do Centenário de Emancipação do Paraná, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto pronunciou um discurso afirmando que no Paraná “[...] temos manchas louras, gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses” (NETTO, 1953).

⁶ Sobre a “Revolução Verde,” ver o livro “Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura”, de Ademar Romeiro (1998).

⁷ Em 1957, Elfes foi um dos acionistas que constituiu a empresa PLANAGRO S. A.- Instituto de Pesquisas e Planejamento Agrícola e Industrial (DIÁRIO OFICIAL, 1957). Posteriormente atuou como diretor técnico da Companhia Brasileira de Colonização (JORNAL A NOITE, 31 de março de 1962, p. 4).

⁸ A análise de projetos agrícolas executados no Paraná a partir da década de 1970 será objeto de um futuro estudo.

⁹ Elfes não informa se os trabalhadores rurais seriam empregados regulares ou esporádicos dos colonos ou se seriam agricultores que viviam nos arredores das colônias.

¹⁰ Cabe informar que houve a criação de diversas outras colônias agrícolas formadas por estrangeiros e agricultores nacionais. (MARTINS, 1995, p. 352-375).

¹¹ A análise de Elfes aborda, por exemplo, o papel das cooperativas, a produção de carne, cereais e leite das colônias e a média de pessoas que trabalhavam em cada estabelecimento agrícola.

¹² As identificações relativas às demais colônias abordadas por Elfes neste relatório serão tratadas na continuidade desta pesquisa.

¹³ Para uma análise das interpretações sobre o fracasso da colonização dos alemães do Volga, presentes no relatório elaborado em 1879 pelo Presidente da Província do Paraná Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, ver Stein (2011).

Referências

BALHANA, Altiva P. et al. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

_____. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 87, 1996, p. 39-50.

BREPOHL, Friedrich W. FUGMANN, Wilhelm. *Die Wolgadeutschen im Brasilianischen Staate Paraná*. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags - Aktiengesellschaft, 1927.

ELFES, Albert. *Campos Gerais: Estudo de Colonização*. Curitiba: INCRA, 1973.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

NETTO, Bento M. R. Discurso Pronunciado na Sessão de Instalação de um dos Congressos Comemorativos do Centenário do Paraná. In: *Revista Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. O Malho, n. 224, 1953, p. 19.

OLINTO, Beatriz A. *Pontes e Muralhas: Diferença, Lepra e Tragédia no Paraná do Início do Século XX*. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

OLINTO. Beatriz A. STEIN, Marcos, N. As Propriedades da Diferença: nacionais, colonos e grileiros (Guarapuava 1920-1930). In: MOTTA, Márcia. M. et al. (Org.). *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009. p. 297-308.

ROMEIRO, Ademar R. *Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura*. São Paulo: FAPESP, 1998.

SANTOS, Carlos R. A. dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural. 1995.

_____. *Vida Material e Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

SCHERER, Anton. Seit 42 Jahren heißen wir Donauschwaben. In: *Volkskalender 1964*. Ulm: Kultur und Socialwerk der Donauschwaben. 1964.

STEIN, Marcos N. *O Oitavo Dia: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios – PR (Segunda Metade do Século XX)*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

STEIN, Marcos N. Colonos e Colônias Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX. In: 1º CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2011, Passo Fundo. *Anais Eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo, 2011. p. 1767-1779.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.

ZHEBIT, Elena. *Império Russo: Ascensão e Queda da “Terceira Roma”*. In: SILVA Francisco C. T. da. et al (Org.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 167-181.